

EMPRESA DE SANEAMENTO EM SÃO PAULO: DESAFIOS DE UMA EMPRESA ESTATAL *

Fernanda Gabriela Borger

Virginia Parente

A Sabesp foi fundada em 1973 como consequência do Planasa-Plano Nacional de Saneamento. O Planasa foi um programa do governo federal que procurou reorganizar os serviços de saneamento, estabelecendo uma empresa para cada estado brasileiro. Para cada um dessas empresas estaduais foram carreados recursos federais para investimento em saneamento.

Somente poderiam beneficiar-se das verbas para investimento, oferecidas muitas vezes a fundo perdido, aqueles municípios que concordassem em entregar as concessões para as empresas estaduais. Os municípios, sem recursos para efetuar autonomamente tais tarefas, aquiesceram e passaram a concessão para a empresa estadual. Assim foi criada a Sabesp, como uma fusão de muitas empresas e serviços municipais de água e esgoto.

Entre os principais atores na concretização deste Plano estava o Banco Nacional da Habitação (BNH), criado em 1964 como agente financiador e receptor do crédito externo. O Plano possibilitou, em menos de duas décadas, um significativo avanço nos índices de cobertura de água e, em menor medida, do esgotamento sanitário.

Sob o modelo do Planasa, os investimentos eram feitos principalmente com recursos do governo federal e a concessionária podia depender menos de sua receita própria, oriunda das tarifas. Com ruptura do mercado internacional de crédito em 1982, o governo federal entrou numa enorme crise financeira e os recursos para investimentos em saneamento reduziram-se significativamente. A insuficiência de recursos comprometeu a qualidade dos serviços prestados e não pôde impedir a degradação ambiental.

Até o início dos anos 1990, os municípios, apesar de serem o poder concedente, não tinham qualquer influência na gestão da Sabesp. Com a redemocratização do país e após a reforma constitucional de 1988, os municípios ganharam mais autonomia e passaram a reivindicar o atendimento de suas populações. Prefeitos, vereadores e deputados passaram a exercer mais fortemente seu poder na gestão da empresa. Entretanto, essa influência nem sempre foi benéfica. As pressões políticas por nomeações e as interferências na orientação dos investimentos, em alguns casos voltados para interesses particulares e locais, causaram mais danos do que benefícios.

Várias organizações da sociedade civil, principalmente as entidades ambientalistas, também procuravam influenciar o governo estadual e as prefeituras no sentido da preservação e recuperação dos recursos hídricos. Exigiam que a Sabesp investisse na qualidade ambiental, i.e., nos serviços de coleta e tratamento de esgotos, e não apenas no abastecimento de água. A ausência de infraestrutura sanitária indubitavelmente era uma das principais causas da degradação da qualidade da água.

Em resumo, nos primeiros anos da década de 1990 a imagem da Sabesp junto à população não era boa. Ela era vista como uma empresa centralizada e burocrática, sem agilidade decisória e sem foco, que relegava a um plano secundário os aspectos efetivamente estratégicos de sua administração. Esse estado de coisas foi se agravando e resultou numa crise.